



Cisternas e reprodução da vida no semiárido baiano: entre o acesso à água e os limites estruturais

Cisterns and the Reproduction of Life in the Bahian Semi-arid Region: Between Access to Water and Structural Limits

Camila Celestino Figueiredo¹; Jânio Roberto Diniz dos Santos¹

¹ Aluna do - PPGEU/UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Tanque Novo- BA. E-mail: cahcelestio18@hotmail.com; <https://orcid.org/0009-0007-1390-4331>

¹ Professor do PPGEU/UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Tanque Novo- BA. E-mail: jrdsantos@uesb.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4972-7684>

DOI: <https://doi.org/10.65338/rcsa.v2.n1.2026.09>

RESUMO

Este artigo analisa as políticas de convivência com o Semiárido brasileiro a partir da implementação de cisternas na comunidade rural de Jacaré, localizada no município de Tanque Novo (BA). Parte-se do pressuposto de que o acesso à água, embora fundamental, não pode ser compreendido de forma isolada das condições estruturais que organizam a reprodução da vida camponesa. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico, análise documental e trabalho de campo, incluindo 29 entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores da comunidade. Os resultados indicam que as cisternas representam um avanço significativo na mitigação da insegurança hídrica, ao garantir o acesso à água para consumo humano e reduzir a dependência de fontes externas. Contudo, evidenciam também limites importantes, sobretudo no que se refere à ausência de tecnologias voltadas à produção, o que impede a ampliação das atividades produtivas e a geração de renda. Nesse contexto, a permanência

das famílias no território ocorre sob condições restritas, marcadas pela dependência de políticas compensatórias e pela baixa autonomia econômica. A análise revela uma contradição central: ao mesmo tempo em que as cisternas contribuem para a melhoria das condições de vida, não promovem transformações estruturais nas bases da desigualdade no Semiárido. Conclui-se que políticas de acesso à água, quando não articuladas a estratégias mais amplas — como acesso à terra, crédito e assistência técnica —, tendem a operar como mecanismos de estabilização social, limitando seu potencial transformador.

Palavras-chaves: Semiárido; Cisternas; Reprodução da vida; Políticas públicas; Campesinato.

ABSTRACT

This article analyzes public policies for living with the Brazilian Semi-Arid region through the implementation of rainwater harvesting cisterns in the rural community of Jacaré, located in Tanque Novo (Bahia, Brazil). It is based on the assumption that access to water, although essential, cannot be understood in isolation from the structural conditions that shape the reproduction of peasant life. The study adopts a qualitative approach, combining bibliographic review, document analysis, and fieldwork, including 29 semi-structured interviews conducted with local residents. The results show that cisterns represent a significant improvement in mitigating water insecurity by ensuring access to water for human consumption and reducing dependence on external sources. However, important limitations are also identified, particularly regarding the absence of technologies aimed at production, which restricts the expansion of productive activities and income generation. In this context, the permanence of families in the territory occurs under constrained conditions, marked by economic dependence and limited autonomy. The analysis reveals a central contradiction: while cisterns improve living conditions, they do not promote structural changes in the foundations of inequality in the Semi-Arid region. The study concludes that water access policies, when not articulated with broader strategies—such as land access, credit, and technical assistance—tend to function as mechanisms of social stabilization, thereby limiting their transformative potential.

Keywords: Semi-arid; Cisterns; Social reproduction; Public policies; Peasantry.

Introdução

A questão do acesso à água no Semiárido brasileiro não pode ser compreendida exclusivamente como um problema de ordem climática. Historicamente, a escassez hídrica foi convertida em instrumento de poder, mediando relações sociais, formas de controle territorial e estratégias de intervenção estatal. Nesse contexto, consolidou-se um conjunto de políticas públicas orientadas mais à gestão da escassez do que à superação das desigualdades estruturais que condicionam a reprodução da vida no campo.

Nas últimas décadas, a proposta de convivência com o Semiárido, impulsionada por organizações da sociedade civil, especialmente a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), introduziu uma inflexão importante nesse paradigma. Ao priorizar tecnologias sociais de captação de água da chuva, como as cisternas, e valorizar os saberes locais, essa abordagem passou a tensionar o modelo histórico baseado no combate à seca. Contudo, a incorporação dessas iniciativas pelo Estado não eliminou as contradições previamente estabelecidas.

Este artigo parte do entendimento de que, embora as cisternas representem um avanço significativo no acesso à água para consumo humano, sua implementação, quando dissociada de políticas estruturantes, apresenta limites no que se refere à transformação das condições de reprodução da vida camponesa. Argumenta-se que, ao priorizar o acesso mínimo à água sem enfrentar a concentração fundiária e as restrições ao acesso aos meios de produção, tais políticas tendem a operar como mecanismos de mitigação, e não de transformação social.

A análise tem como base empírica a comunidade rural de Jacaré, localizada no município de Tanque Novo (BA), caracterizada por restrições históricas de acesso à terra, fragilidades socioeconômicas e inserção parcial nas políticas de convivência com o Semiárido. A partir de entrevistas com moradores, observação direta e análise documental, busca-se compreender como as cisternas se articulam às estratégias de reprodução da vida camponesa, evidenciando tanto seus efeitos concretos quanto seus limites estruturais.

Do ponto de vista teórico, o estudo dialoga com a crítica ao desenvolvimento desigual, conforme formulada por Oliveira (2003), com a concepção de Estado como condensação de relações de força em Nicos Poulantzas e com a noção de produção social da natureza desenvolvida

por Neil Smith. Essas contribuições permitem compreender as políticas públicas não como intervenções neutras, mas como expressões de disputas inscritas na formação social brasileira.

Assim, o artigo tem como objetivo analisar em que medida as políticas de convivência com o Semiárido, materializadas na implementação das cisternas, alteram — ou não — as condições de reprodução da vida camponesa, considerando as determinações estruturais que organizam o acesso à terra, à água e à produção. Ao enfatizar o caso do Jacaré, busca-se evidenciar as contradições entre o avanço no acesso à água e a permanência das desigualdades territoriais, contribuindo para o debate sobre os limites das políticas públicas no contexto do Semiárido brasileiro.

Referencial teórico

A análise das políticas de convivência com o Semiárido exige situá-las no interior das determinações históricas e estruturais que organizam o território brasileiro. Nesse sentido, parte-se da compreensão de que as desigualdades socioespaciais não decorrem de fatores naturais isolados, mas são produzidas no interior das relações sociais que estruturam a formação territorial.

A crítica ao chamado “atraso” do Nordeste constitui um ponto de partida fundamental. Conforme argumenta Oliveira (2003), o subdesenvolvimento nordestino não deve ser interpretado como resíduo de uma formação pré-capitalista, mas como expressão de uma forma específica de inserção subordinada na dinâmica de acumulação capitalista. Nesse contexto, a região não é exterior ao desenvolvimento nacional, mas parte constitutiva de um processo de modernização desigual, no qual a concentração fundiária e a exploração do trabalho permanecem como elementos estruturantes.

Essa leitura permite superar interpretações dualistas que opõem “moderno” e “arcaico”. Para Oliveira (2003), tais dimensões não apenas coexistem, mas se articulam funcionalmente: formas consideradas arcaicas, como o latifúndio e o coronelismo, são continuamente reproduzidas e reconfiguradas no interior do capitalismo, contribuindo para a manutenção de baixos custos de produção e para o controle da força de trabalho. No Semiárido, essa articulação manifesta-se de maneira particular na forma como a terra e a água são apropriadas, distribuídas e controladas.

A centralidade da água, nesse contexto, não pode ser reduzida à sua dimensão física ou ambiental. Trata-se de um recurso cuja distribuição é mediada por relações sociais e por estruturas de poder. A seca, frequentemente mobilizada como explicação para a pobreza regional, constitui,

nessa perspectiva, um fenômeno cuja dimensão social é inseparável das condições históricas de acesso à terra e aos meios de produção. Ao ser convertida em problema técnico e natural, a seca contribui para obscurecer as determinações de classe que organizam o território.

A compreensão dessas mediações exige considerar o papel do Estado na reprodução das desigualdades. A partir da formulação de Nicos Poulantzas, o Estado não é concebido como instância neutra ou exterior às relações sociais, mas como uma condensação material das correlações de força entre classes. As políticas públicas, nesse sentido, expressam disputas e compromissos, sendo simultaneamente resultado e instrumento dessas relações.

No caso das políticas voltadas ao Semiárido, essa abordagem permite compreender que sua formulação e implementação não ocorrem em um vazio político, mas são condicionadas por interesses divergentes. A institucionalização de programas como o de construção de cisternas evidencia esse caráter contraditório: ao mesmo tempo em que responde a demandas históricas por acesso à água, sua operacionalização tende a se ajustar aos limites impostos pela estrutura estatal e pelas orientações predominantes de política econômica.

Essa contradição torna-se mais evidente quando se considera a reconfiguração recente do Estado sob a lógica neoliberal. A retração de políticas públicas estruturantes e a focalização em ações de caráter compensatório implicam uma redefinição do papel estatal, que passa a priorizar a gestão da pobreza em detrimento da transformação das condições que a produzem. Nesse cenário, políticas como as cisternas podem ser incorporadas como instrumentos de mitigação, garantindo condições mínimas de sobrevivência sem alterar as bases estruturais da desigualdade.

Para aprofundar essa análise, é necessário incorporar a dimensão da relação entre sociedade e natureza. A partir da contribuição de Neil Smith, compreende-se que a natureza, no capitalismo, não constitui uma esfera externa à sociedade, mas é produzida socialmente no interior das relações de produção. A terra, a água e demais elementos naturais são apropriados, transformados e reorganizados de acordo com as necessidades da acumulação.

No Semiárido, essa produção da natureza manifesta-se na forma como a escassez hídrica é socialmente mediada. A irregularidade das chuvas, embora seja um dado climático, não se traduz automaticamente em vulnerabilidade generalizada. Seus efeitos são diferenciados conforme a posição dos sujeitos na estrutura social, especialmente no que se refere ao acesso à terra e aos meios

de produção. Assim, a escassez não pode ser compreendida apenas como ausência de recursos naturais, mas como resultado de sua distribuição desigual.

Essa perspectiva permite problematizar a própria noção de convivência com o Semiárido. Ao propor a adaptação às condições climáticas por meio de tecnologias sociais e valorização dos saberes locais, essa abordagem representa uma inflexão importante em relação ao paradigma do combate à seca. No entanto, quando institucionalizada pelo Estado sem articulação com políticas estruturais — como reforma agrária, apoio à produção e acesso a mercados —, tende a ser reduzida à dimensão técnica do acesso à água.

Desse modo, a análise das cisternas não pode se limitar à sua eficácia enquanto infraestrutura hídrica. É necessário compreendê-las como mediação concreta entre políticas públicas e condições de reprodução da vida camponesa. Sua implementação expressa, simultaneamente, avanços no acesso à água e limites decorrentes das estruturas que organizam o território.

Assim, o referencial teórico adotado permite interpretar as políticas de convivência com o Semiárido como parte de um campo de disputas no qual se articulam Estado, capital e resistências sociais. Ao situar a experiência empírica da comunidade do Jacaré nesse horizonte, busca-se evidenciar que o acesso à água, embora fundamental, não é suficiente para alterar as condições estruturais que sustentam as desigualdades no Semiárido brasileiro.

Métodos e procedimentos

A pesquisa insere-se no campo da Geografia Humana e adota uma abordagem qualitativa orientada pela perspectiva crítica. Parte-se do entendimento de que o espaço geográfico é produzido historicamente pelas relações sociais e que as políticas públicas constituem formas concretas de mediação dessas relações no território. Nesse sentido, a análise das cisternas no Semiárido não se restringe à sua dimensão técnica, mas busca compreender sua inserção nas condições materiais de reprodução da vida camponesa.

O percurso metodológico fundamenta-se na abordagem ontológico-dialética, que permite apreender a realidade em sua totalidade, articulando diferentes níveis de análise. Assim, considera-se o nível singular, expresso nas experiências concretas das famílias rurais; o nível particular, representado pelas políticas públicas de convivência com o Semiárido; e o nível universal,

relacionado às determinações estruturais da formação social brasileira. Essa articulação orienta a interpretação dos dados, evitando tanto o reducionismo empírico quanto o determinismo estrutural.

A pesquisa combinou levantamento bibliográfico e análise documental com trabalho de campo realizado na comunidade rural de Jacaré, localizada no município de Tanque Novo, no Semiárido baiano. A análise documental incluiu programas e normativas relacionados às políticas de acesso à água, com destaque para o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), permitindo situar o caso estudado no contexto mais amplo das políticas públicas voltadas ao Semiárido.

O trabalho de campo foi realizado em agosto de 2025 e constituiu elemento central da investigação. A comunidade do Jacaré foi selecionada por expressar, de forma acentuada, as contradições das políticas de convivência com o Semiárido, apresentando ampla cobertura de cisternas destinadas ao consumo humano e ausência de tecnologias voltadas à produção. Essa condição possibilita analisar os limites estruturais da política quando dissociada de estratégias produtivas e de acesso à terra.

Foram realizadas 29 entrevistas semiestruturadas com famílias residentes na comunidade, selecionadas de modo a contemplar diferentes condições socioeconômicas, tempo de acesso às cisternas e formas de uso da água. As entrevistas abordaram aspectos relacionados ao acesso à água, às estratégias de produção, às condições de trabalho e às formas de permanência no território. Para preservar o anonimato dos participantes, os depoimentos foram identificados por codificação.

Além das entrevistas, foram realizadas observações diretas registradas em diário de campo, permitindo apreender elementos do cotidiano das famílias e das condições materiais de existência que não se expressam integralmente nas falas. Essa combinação de técnicas possibilita uma análise mais abrangente das mediações entre política pública e realidade concreta.

A análise dos dados foi orientada pelo método dialético, buscando identificar contradições entre o acesso formal à política e suas limitações efetivas. As informações foram interpretadas à luz das relações entre acesso à água, estrutura fundiária e condições de produção, de modo a compreender em que medida as cisternas contribuem — ou não — para a reprodução ampliada da vida camponesa.

Resultados e discussão

A implementação das cisternas de 16 mil litros na comunidade do Jacaré representa uma inflexão relevante nas condições de acesso à água para consumo humano, sobretudo quando comparada às formas anteriores de abastecimento. Antes da presença dessas tecnologias, o acesso à água era marcado por forte instabilidade, dependência de fontes externas e elevado dispêndio de tempo e esforço físico, especialmente por parte das mulheres e crianças, historicamente responsáveis pelo manejo doméstico da água, como representado na Figura 1.

Figura 1 - População de Jacaré coletando água (2022)



Fonte: Figueiredo, C. C. maio de 2023.

Os relatos indicam que o abastecimento ocorria por meio de chafarizes, abastecidos pela Lagoa do Jacaré, Figura 2, cacimbas e, em períodos mais críticos, carros-pipa, configurando uma rotina baseada na incerteza e na escassez. Essa dinâmica implicava não apenas dificuldades materiais, mas também restrições ao uso da água, que era rigidamente controlado e priorizado para consumo imediato, limitando práticas básicas de higiene e preparo de alimentos.

Figura 2 - Lagoa do Jacaré



Fonte: Figueiredo, C. C. Outubro de 2025.

Com a instalação das cisternas, observa-se uma alteração significativa nesse cenário. A captação e o armazenamento da água da chuva no próprio domicílio reduzem a necessidade de deslocamentos e ampliam a previsibilidade do abastecimento, permitindo uma reorganização do cotidiano das famílias. A água deixa de ser um recurso obtido sob condições de urgência e passa a integrar o espaço doméstico de forma mais estável.

Essa mudança, embora localizada na esfera do consumo, possui implicações importantes na reprodução da vida cotidiana. A maior disponibilidade de água contribui para a melhoria das condições sanitárias, para a redução do esforço físico associado ao transporte e para a liberação de tempo que pode ser destinado a outras atividades. Nesse sentido, as cisternas operam como elemento de mediação entre política pública e condições concretas de existência.

Contudo, essa melhoria não elimina completamente a insegurança hídrica. A capacidade limitada de armazenamento — condicionada ao volume da cisterna e à irregularidade das chuvas — faz com que, em períodos prolongados de estiagem, as famílias voltem a recorrer a fontes externas, reativando práticas anteriores. Assim, a segurança hídrica proporcionada pelas cisternas é parcial e sazonal, dependendo diretamente da variabilidade climática.

Esse dado é relevante porque evidencia que, mesmo no plano do consumo, a política não elimina a vulnerabilidade, mas a reduz sob determinadas condições. A água armazenada garante autonomia relativa, mas não plena, o que mantém as famílias em uma posição de dependência estrutural em relação a políticas emergenciais, como o abastecimento por carros-pipa.

Além disso, a análise das entrevistas indica que o uso da água permanece orientado por uma lógica de economia e controle, mesmo após a implementação das cisternas. A experiência histórica de escassez não é superada, mas ressignificada, incorporando práticas de racionamento e gestão doméstica rigorosa. A água, portanto, continua sendo percebida como recurso limitado, o que condiciona seu uso e restringe sua ampliação para outras finalidades.

Nesse sentido, embora as cisternas representem um avanço importante na mitigação da insegurança hídrica imediata, sua atuação concentra-se na dimensão doméstica, sem alterar de forma significativa a relação das famílias com a água enquanto recurso produtivo. A política cumpre, assim, um papel fundamental na garantia das condições mínimas de sobrevivência, mas não promove uma reconfiguração mais ampla das possibilidades de uso da água no território.

Essa constatação reforça a necessidade de compreender as cisternas não apenas como solução técnica, mas como parte de uma política pública inserida em um contexto de limitações estruturais. Ao garantir o acesso à água para consumo, a política responde a uma demanda histórica das populações do Semiárido; entretanto, ao não se articular com outras dimensões — como produção, acesso à terra e apoio técnico —, mantém-se circunscrita ao plano da reprodução imediata da vida.

Apesar do avanço representado pela ampliação do acesso à água para consumo humano, a realidade da comunidade do Jacaré evidencia um limite estrutural central: a ausência de tecnologias voltadas à produção, como as cisternas do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Essa lacuna revela uma dissociação entre o acesso à água enquanto condição de sobrevivência e sua utilização como meio de viabilização da produção agrícola e da geração de renda.

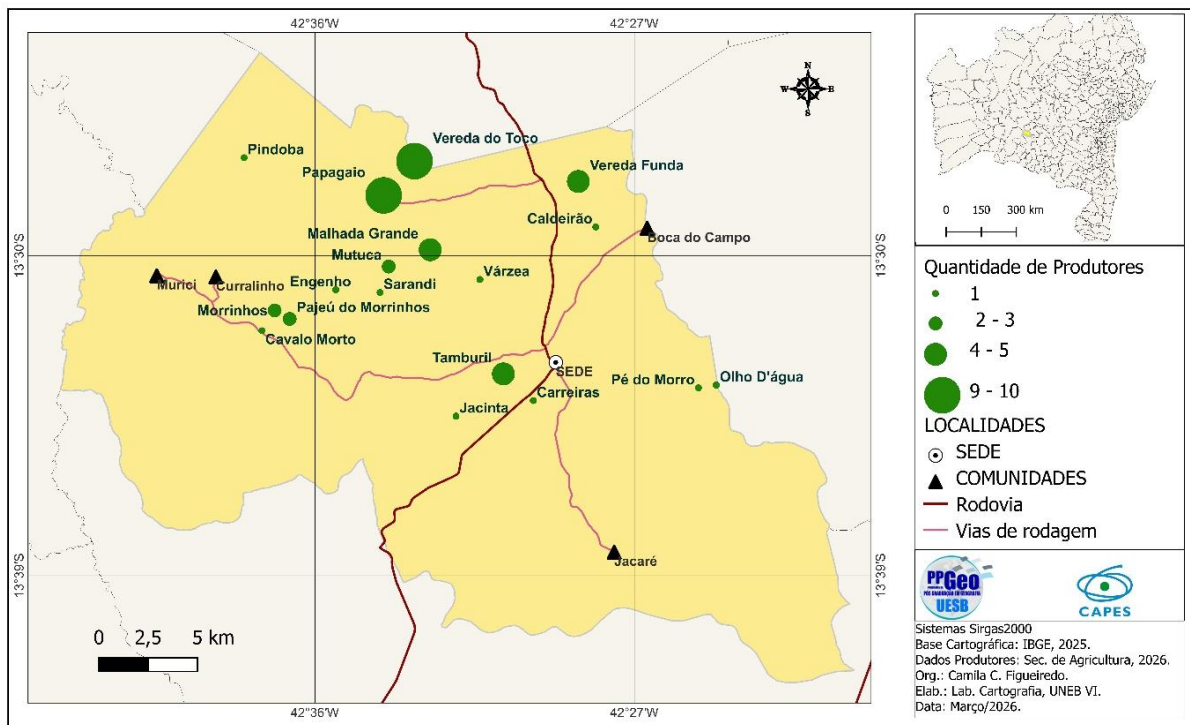
As entrevistas indicam que a água armazenada nas cisternas é, em sua totalidade, destinada ao consumo doméstico, sendo seu uso para atividades produtivas praticamente inexistente. Essa restrição não decorre apenas de uma escolha das famílias, mas da própria limitação material da tecnologia disponível, cujo volume é insuficiente para sustentar práticas agrícolas regulares, especialmente em contextos de irregularidade pluviométrica.

Essa condição impõe uma separação rígida entre consumo e produção, impedindo que o acesso à água se converta em fator de dinamização econômica. Diferentemente das propostas mais amplas de convivência com o Semiárido, que articulam acesso hídrico e produção agroecológica, o caso do Jacaré revela uma implementação parcial dessas políticas, na qual a dimensão produtiva é ausente ou residual.

Como consequência, as famílias permanecem com baixa capacidade de diversificação produtiva, limitando-se a atividades de subsistência altamente dependentes das condições climáticas. A produção agrícola, quando existente, ocorre de forma esporádica e vulnerável, sem garantia de continuidade ao longo do ano.

Essa instabilidade produtiva impacta diretamente a capacidade de geração de renda, restringindo as possibilidades de inserção das famílias em circuitos de comercialização, inclusive aqueles mediados por políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como evidenciado no Mapa 1. A ausência de água para produção inviabiliza o cultivo regular de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender a essas demandas institucionais.

Mapa 1 - Distribuição dos agricultores vinculados ao PNAE - 2026



Fonte: Figueiredo, C. C. 2025.

Nesse contexto, a reprodução da vida camponesa no Jacaré ocorre sob condições de forte limitação material, nas quais o acesso à água, embora fundamental, não se traduz em autonomia econômica. As famílias permanecem dependentes de fontes externas de renda, como benefícios sociais, aposentadorias rurais e trabalhos eventuais, configurando uma dinâmica de reprodução social marcada pela complementaridade entre diferentes estratégias de sobrevivência.

Essa dependência não deve ser interpretada de forma isolada, mas como expressão de um arranjo estrutural no qual o acesso aos meios de produção — especialmente terra e água — permanece concentrado e desigual. A ausência de tecnologias produtivas, nesse sentido, não é apenas uma falha de implementação, mas parte de uma configuração mais ampla que limita as possibilidades de transformação das condições de vida no campo.

Do ponto de vista analítico, essa situação evidencia que o acesso à água, quando restrito à dimensão do consumo, não rompe com a lógica de reprodução simples da vida camponesa. Ao contrário, contribui para sua estabilização em níveis mínimos, garantindo condições de permanência no território sem ampliar significativamente as possibilidades de acumulação ou de autonomia produtiva.

Essa dinâmica pode ser interpretada à luz da noção de desenvolvimento desigual formulada por Oliveira (2003), na medida em que políticas públicas focalizadas tendem a integrar populações historicamente marginalizadas de forma subordinada, assegurando sua reprodução sem alterar as bases estruturais da desigualdade. No caso do Jacaré, isso se expressa na garantia do acesso à água para consumo, concomitante à ausência de condições para a produção.

Além disso, a atuação estatal, conforme discutido por Nicos Poulantzas, revela-se marcada por limites decorrentes das correlações de força que estruturam a formulação das políticas públicas. A priorização de ações voltadas ao consumo, em detrimento de políticas estruturantes, indica uma orientação que privilegia a mitigação da pobreza em vez de sua superação.

Por fim, a análise permite compreender que a ausência de tecnologias produtivas não apenas limita a produção agrícola, mas também redefine as estratégias de reprodução da vida no território. A água, embora presente no espaço doméstico, não se converte em elemento de transformação econômica, permanecendo circunscrita à garantia da sobrevivência.

Assim, o caso do Jacaré evidencia que a política de convivência com o Semiárido, quando implementada de forma parcial, tende a produzir uma forma específica de permanência no campo: uma permanência sem autonomia, sustentada por condições mínimas de reprodução e marcada pela dependência de políticas compensatórias.

A análise da experiência da comunidade do Jacaré permite evidenciar uma contradição central nas políticas de convivência com o Semiárido: ao mesmo tempo em que promovem avanços concretos no acesso à água, essas políticas operam dentro de limites estruturais que restringem seu potencial transformador. As cisternas, nesse contexto, não podem ser compreendidas de forma unívoca, mas como mediações que articulam, simultaneamente, dimensões de avanço social e de reprodução das desigualdades.

Do ponto de vista imediato, conforme discutido nos tópicos anteriores, a presença das cisternas altera significativamente as condições de vida das famílias, sobretudo no que se refere ao acesso à água para consumo. Esse avanço, no entanto, não se desdobra automaticamente em transformações mais amplas nas condições de produção e reprodução social. Ao contrário, observa-se que a melhoria no acesso hídrico convive com a permanência de limitações estruturais relacionadas à terra, à produção e à geração de renda.

Essa coexistência de avanço e limite pode ser interpretada à luz da crítica ao desenvolvimento desigual formulada por Francisco de Oliveira. Para o autor, a dinâmica capitalista em contextos periféricos não elimina formas consideradas “atrasadas”, mas as incorpora e reconfigura de modo funcional. No caso do Jacaré, a política de acesso à água contribui para a melhoria das condições de vida sem alterar a estrutura de concentração dos meios de produção, particularmente a terra, mantendo as bases da desigualdade.

Nesse sentido, as cisternas operam como mecanismos de integração parcial, garantindo a inserção das famílias em um patamar mínimo de reprodução social, sem, contudo, possibilitar a superação das condições que limitam sua autonomia. Trata-se de uma inclusão que não se traduz em transformação estrutural, mas em estabilização das condições de existência em níveis básicos.

Ao compreender o Estado como condensação material das relações de força entre classes, torna-se possível interpretar as políticas de convivência com o Semiárido como expressões de compromissos e limites. A implementação das cisternas responde a demandas históricas por acesso

à água, mas sua forma de operacionalização — restrita, focalizada e desvinculada de políticas estruturantes — revela os limites impostos por essas correlações de força.

No plano empírico, essa contradição se manifesta na forma como as famílias percebem e vivenciam a política. As entrevistas indicam um reconhecimento claro dos benefícios proporcionados pelas cisternas, ao mesmo tempo em que evidenciam a percepção de que tais avanços são insuficientes para alterar de maneira substantiva suas condições de vida.

Essa fala sintetiza a tensão entre melhoria concreta e limite estrutural, indicando que o acesso à água, embora fundamental, não é capaz de romper com as condições que estruturam a vulnerabilidade no território. A política, nesse sentido, atua no plano da reprodução imediata da vida, mas não na transformação das relações que a condicionam.

A partir da contribuição de Neil Smith, essa dinâmica pode ser interpretada também como expressão da produção social da natureza. A água, longe de ser um recurso distribuído de forma neutra, é apropriada e mediada socialmente, sendo seu acesso condicionado pelas estruturas de poder e pelas relações de produção. A implementação das cisternas altera essa mediação em nível doméstico, mas não modifica a lógica mais ampla de apropriação desigual dos recursos naturais.

Assim, a escassez hídrica não desaparece, mas é reorganizada. Ela deixa de se expressar exclusivamente como ausência de água para consumo e passa a se manifestar como limitação ao uso produtivo, evidenciando que o problema não se reduz à disponibilidade física do recurso, mas envolve sua distribuição e as condições de acesso aos meios necessários para sua utilização.

Essa reconfiguração da escassez reforça a compreensão de que a convivência com o Semiárido, quando institucionalizada de forma parcial, tende a operar como uma política de gestão da pobreza. Ao garantir o acesso mínimo à água, o Estado responde a uma necessidade básica, mas não enfrenta os elementos estruturais que produzem a desigualdade, como a concentração fundiária e a ausência de políticas de apoio à produção.

Dessa forma, a política de cisternas no Jacaré pode ser compreendida como parte de um arranjo mais amplo de reprodução social, no qual avanços pontuais coexistem com a manutenção das estruturas que limitam a autonomia camponesa. As cisternas garantem a permanência das famílias no território, mas essa permanência ocorre sob condições de restrição, sem alteração significativa das bases materiais de sua reprodução.

Essa contradição não invalida a importância da política, mas indica seus limites. Ao mesmo tempo em que representa uma conquista histórica das populações do Semiárido, a implementação das cisternas, quando desvinculada de políticas estruturantes, tende a reproduzir uma forma de inclusão subordinada, na qual o acesso a direitos básicos não se converte em transformação das condições de vida.

Nesse sentido, a convivência com o Semiárido, quando institucionalizada de forma parcial, tende a se converter em uma política de gestão da escassez, na qual o acesso mínimo à água é garantido sem o enfrentamento das desigualdades estruturais que produzem a vulnerabilidade.

As condições observadas na comunidade do Jacaré indicam que a implementação das cisternas contribui de maneira significativa para a permanência das famílias no território, ao garantir o acesso a um recurso essencial à reprodução imediata da vida. A disponibilidade de água para consumo reduz a necessidade de deslocamentos, diminui a exposição a situações de insegurança hídrica extrema e viabiliza a continuidade da vida no espaço rural, mesmo em contextos de estiagem prolongada. Nesse sentido, as cisternas atuam como um fator de estabilização das condições mínimas de existência, tornando possível a permanência onde, em outros contextos, a migração poderia se impor como alternativa.

Entretanto, essa permanência não se realiza sob condições de autonomia, mas sob um conjunto de restrições que limitam a capacidade das famílias de transformar suas próprias condições de vida. A ausência de tecnologias voltadas à produção, associada às dificuldades de acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica, impede que o acesso à água se converta em base para a ampliação das atividades produtivas. Como resultado, a permanência no território ocorre dissociada da capacidade de geração de renda estável, mantendo as famílias em uma posição de vulnerabilidade econômica.

Nesse contexto, a reprodução da vida camponesa no Jacaré assume um caráter marcado pela dependência de múltiplas estratégias complementares, nas quais a produção agrícola ocupa um lugar secundário e incerto. Benefícios sociais, aposentadorias rurais e trabalhos eventuais tornam-se elementos centrais para a manutenção das famílias, evidenciando que a permanência no campo não está sustentada por uma base produtiva consolidada, mas por uma combinação de fontes externas de renda e acesso limitado aos recursos locais.

A permanência, portanto, não deve ser interpretada como expressão de autonomia territorial, mas como resultado de uma reprodução social condicionada por limites estruturais. As famílias permanecem no campo, mas com reduzida capacidade de intervir nas condições que organizam sua existência, o que implica a manutenção de uma relação de dependência em relação às políticas públicas e às dinâmicas externas ao território.

Essa dinâmica evidencia que o acesso à água, embora fundamental, não é suficiente para alterar a lógica de reprodução das desigualdades no Semiárido. Ao garantir condições mínimas de sobrevivência sem enfrentar os entraves estruturais — como a concentração fundiária e a ausência de políticas integradas de apoio à produção —, as políticas de convivência tendem a operar como mecanismos de estabilização social. Nessa perspectiva, a intervenção estatal não elimina a vulnerabilidade, mas a administra, assegurando a permanência das populações no território em níveis básicos de reprodução.

Dessa forma, a experiência do Jacaré revela que a permanência no campo, quando dissociada de condições efetivas de autonomia produtiva, pode ser compreendida como uma permanência limitada, na qual o acesso a direitos básicos convive com a impossibilidade de transformação estrutural das condições de vida. Tal configuração reforça a necessidade de pensar as políticas de convivência com o Semiárido para além do acesso à água, articulando-as a estratégias mais amplas que integrem produção, acesso à terra e inserção econômica, de modo a superar os limites aqui evidenciados.

Considerações Finais

A análise da comunidade do Jacaré evidencia que as políticas de convivência com o Semiárido, materializadas na implementação das cisternas, produzem efeitos concretos na mitigação da insegurança hídrica, especialmente no que se refere ao acesso à água para consumo humano. A presença dessas tecnologias altera práticas cotidianas, reduz a dependência de fontes externas e contribui para a permanência das famílias no território, configurando um avanço relevante frente às condições historicamente marcadas pela escassez.

Entretanto, os resultados demonstram que esse avanço se realiza de forma parcial, não se desdobrando em transformações estruturais nas condições de reprodução da vida camponesa. A ausência de tecnologias voltadas à produção, associada às limitações de acesso à terra e a outras

políticas estruturantes, impede que o acesso à água se converta em autonomia econômica. Nesse contexto, a política de cisternas opera predominantemente no plano da reprodução imediata da vida, garantindo condições mínimas de sobrevivência sem ampliar, de forma significativa, as possibilidades de produção e geração de renda.

A partir do referencial teórico adotado, especialmente das contribuições de Francisco de Oliveira (2003) e Poulantzas (1977), foi possível compreender que essa limitação não decorre apenas de falhas de implementação, mas está relacionada às determinações estruturais que orientam a atuação do Estado e a formulação das políticas públicas. Ao priorizar ações focalizadas e desvinculadas de transformações mais amplas, o Estado responde a demandas sociais sem alterar as bases que sustentam as desigualdades no território.

Nesse sentido, a experiência do Jacaré revela uma contradição central: as cisternas representam, simultaneamente, uma conquista social importante e um limite no enfrentamento das desigualdades estruturais do Semiárido. Ao garantir o acesso à água para consumo, a política contribui para a melhoria das condições de vida; contudo, ao não se articular com políticas de acesso à terra, apoio à produção e inserção em mercados, tende a produzir uma forma de permanência no campo marcada pela restrição e pela dependência.

Essa constatação não implica desconsiderar a relevância das cisternas, mas aponta para a necessidade de sua inserção em estratégias mais amplas de desenvolvimento territorial. A ampliação das políticas de convivência com o Semiárido, com ênfase na dimensão produtiva — como aquelas previstas no Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) —, bem como sua articulação com políticas de reforma agrária, assistência técnica e comercialização, constitui um elemento fundamental para a superação dos limites identificados.

Por fim, ao evidenciar as contradições entre o acesso à água e a permanência das desigualdades estruturais, este estudo contribui para o debate sobre o alcance das políticas públicas no Semiárido brasileiro, indicando que a garantia de direitos básicos, embora indispensável, não é suficiente para promover transformações substantivas nas condições de reprodução da vida camponesa. A superação dessas limitações exige a articulação entre políticas sociais e estruturais, capazes de enfrentar, de forma integrada, as múltiplas dimensões da desigualdade no território.

Referências

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)**. Recife: ASA Brasil, s.d. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 01 abr. 2026.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)**. Recife: ASA Brasil, s.d. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 01 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Cisternas: segurança alimentar e acesso à água no Semiárido**. Brasília: MDS, 2014.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.